



ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br



## Superendividamento

Em audiência pública na Câmara Legislativa na última terça-feira, servidores ativos e aposentados utilizaram a oportunidade para narrar situações que consideraram humilhantes por conta de cobranças abusivas que vêm sendo feitas pelo BRB. Alguns disseram que chegaram a ter 100% de seus salários retidos pelo banco, o que fere tanto uma lei distrital, a 7.239/23, quanto o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8078/90) no que se refere à preservação do mínimo existencial e à oferta do crédito responsável. A iniciativa do debate foi da deputada Paula Belmonte (Cidadania).

## Solução urgente

Representantes dos servidores ressaltaram que os efeitos psicológicos sobre o endividamento e a perda da capacidade de negociação com o BRB têm causado afastamento do trabalho de diversos servidores do DF, principalmente na área policial, de saúde e da educação. Casos de depressão foram apresentados para descrever como a crise do endividamento tem se tornado uma questão de saúde pública em meio aos servidores. O vice-presidente da Associação Brasiliense de Apoio aos Servidores Endividados, Jorge Montanha, cobrou do BRB uma solução urgente para se estancar a crise do endividamento.

## Deputados do DF exigem que Hamas seja tratado como terrorista



Vinicius Loures/Agência Câmara



Mye Sena / Câmara dos Deputados

Dois deputados federais do Distrito Federal, Bia Kicis (PL-DF) e Alberto Fraga (PL-DF), estão entre os 61 parlamentares que defendem o reconhecimento por parte do governo brasileiro do Hamas como grupo terrorista. Eles assinaram requerimento do deputado bolsorista Rodolfo Nogueira (PL-MS) que exige uma posição pública do Itamaraty de repúdio à organização que atacou Israel no último fim de semana. Entre os que também apoiaram o texto estão Carla Zambelli (PL-SP), Zé Trovão (PL-SC), Mário Frias (PL-SP), General Pazuolo (PL-RJ), Marco Feliciano (PL-SP), Nikolas Ferreira (PL-MG) e Delegado Ramagem (PL-RJ).

## Erika Kokay: "Resposta na Justiça para ataques a LGBT's"

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) reagiu com indignação às declarações do deputado Pastor Eurico (PL-PE), relator do projeto que proíbe a união homoafetiva, em entrevista ao **Correio**. "Ele terá que responder na Justiça pela comparação infeliz entre pessoas LGBT's e traficantes e pedófilos. Além disso, do alto do seu ódio LGBTfóbico, afirmou que os militantes que foram à Câmara lutar pelo direito de amar faziam isso por 'gorjeta'. Ele tem obrigação de dizer quem recebeu 'gorjeta' e quem a pagou. Em nome do amor, dos direitos e da democracia, continuaremos resistindo."



Milenara Junior/DA Press

## Benefício

Os pacientes com fibromialgia passarão a ser reconhecidos no Distrito Federal como pessoa com deficiência, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A Câmara Legislativa aprovou, nesta semana, projeto de lei do deputado João Cardoso (Avante), que promove o reconhecimento.

## Com participação popular e aprovação do Legislativo

Há uma polêmica sobre a extensão do Poder do Executivo a partir do Projeto de Lei Complementar (PLC) 25/2023, que atualiza as regras de parcelamento do solo. Mas o líder do governo na Câmara Legislativa, Robério Negreiros (PSD), afirma que não há risco de alijar a sociedade do debate. "Não há qualquer possibilidade de realização das alterações sem audiência pública, uma vez que o art. 65, da própria lei, em seu parágrafo 2º, exige que as hipóteses de reparcelamento dos incisos IV e V ficam condicionados a participação popular (inciso I), que é exatamente a realização de audiência pública, dentre outras condicionantes", afirma Robério. "Ademais, o próprio parágrafo 6º incluído pela emenda 88 determina que as alterações efetivadas deverão ser incorporadas na Luos, através de projeto de lei complementar a ser submetido ao Legislativo, procedimento este já realizado para todos os parcelamentos do solo aprovados pelo Poder Executivo, não caracterizando nenhuma inovação em relação à dinâmica já estabelecida", garante.



Marcos Serra/Esp. CB/OA Press

## Incentivo ao parcelamento legal

Robério Negreiros (PSD) aponta "um completo equívoco" da oposição ao afirmar que o Executivo passará a criar novas áreas sem consultas a outras "instâncias". "O rito estabelecido prevê manifestação de todos os órgãos competentes, inclusive a população diretamente relacionada", destacou. E acrescentou: "Importante ressaltar que a simplificação do processo de parcelamento do solo é exatamente o que permite que novos parcelamentos, planejados e com infraestrutura essencial instalada, sejam aprovados em menor tempo, incentivando o parcelamento legal do solo, atendendo à legislação e todas as condicionantes ambientais e urbanísticas, em detrimento da ocupação irregular".

"Ataques e sequestro de civis são terríveis. Inadmissível naturalizar. É por isso q denunciamos tb apartheid, colonização e brutal corte de água e comida pra Gaza. Criança não pode ser desumanizada em lugar algum. É por paz que reivindicamos as resoluções de liberdade pra Palestina"

Deputado federal Glauber Braga (PSol-RJ)



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

"Essa é a verdade. O Hamas não tem pudor de usar civis como escudo. Os relatos de crueldade são diversos, desde de decapitação de bebês a fuzilamento de famílias inteiras em suas casas. Quem não reconhece o Hamas como grupo terrorista e cruel que é, está sendo cúmplice de toda essa maldade"

Deputado federal Kim Kataguiri (União-SP)



Vinicius Loures/Agência Câmara

## SÓ PAPOS



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**EDUCAÇÃO /** A cada quatro anos, ocorre o processo que garante a gestão democrática da rede pública de ensino do Distrito Federal. Em 25 de outubro, serão eleitos conselheiros escolares, diretores e vice-diretores das unidades escolares

# Comunidade escolar vai às urnas

» MARIANA SARAIVA

Está aberto o processo eleitoral para escolha de conselheiros escolares, diretores e vice-diretores das escolas públicas do Distrito Federal. De acordo com a Secretaria de Estado de Educação (SEE-DF), foram homologadas 4.488 candidaturas ao conselho escolar e 797 chapas concorrendo aos cargos de diretor e vice-diretor. O pleito ocorrerá em 25 de outubro, das 7h30 às 21 horas, em todas as unidades urbanas e rurais que tiveram inscrições homologadas. O processo eleitoral na rede pública de ensino ocorre a cada quatro anos, com o objetivo de garantir uma gestão democrática. O processo de votação se dá por meio de cédulas de votação e, este ano, contará com a colaboração do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), que emprestará urnas de lona e cabines de votação.

comunidade escolar no processo educacional, na construção do projeto político-pedagógico e também na escolha dos conselheiros escolares, diretores e vice-diretores. "O processo eleitoral propicia um ambiente escolar voltado ao diálogo e aos debates sobre os problemas enfrentados pela escola e as propostas apresentadas pelos candidatos para a melhoria da qualidade do ensino e da gestão escolar", reforça a titular da pasta.

Hélvia enfatiza que é muito importante que todos os integrantes da comunidade escolar participem ativamente desse processo eleitoral, comparecendo às sessões públicas e à votação para exercer o direito de escolher os novos conselheiros e gestores escolares. (Veja Quem pode votar)

## Chapas

Para concorrer aos cargos de diretor e vice-diretor, por exemplo, as chapas deverão ser formadas por servidores efetivos e ativos das carreiras de Magistério Público do

Ed Alves/CB/DA Press



Eleição permite um ambiente de diálogo e debate sobre propostas para melhoria da qualidade do ensino

Distrito Federal ou de Assistência à Educação do Distrito Federal. A coordenação geral do processo eleitoral será feita pela comissão eleitoral central, que contará com o apoio operacional dos grupos de trabalho regionais e das comissões eleitorais locais.

Podem se candidatar a uma vaga de conselheiro os membros da comunidade escolar citados anteriormente, exceto professor

temporário. Podem concorrer ao cargo de diretor e vice-diretor, servidores da carreira de Magistério ou Assistência à Educação do Distrito Federal, mas é necessário observar o tempo mínimo de três anos e estar em exercício em unidade escolar da Coordenação Regional de Ensino na qual concorrerá, além de outros pré-requisitos detalhados na Resolução.

O resultado das eleições será

divulgado por meio de edital próprio, que contará com a relação nominal dos eleitos, acompanhada das respectivas funções. O resultado será afixado em espaço físico, visível, localizado no interior da unidade escolar, no dia da proclamação dos resultados. O período das inscrições para os candidatos ocorreu de 21 a 25 de agosto. Neste pleito, são 702 escolas participantes.

## Quem pode votar

Estão habilitados a votar todos que participam ou atuam na comunidade escolar, tais como:

- » Estudantes matriculados em unidade escolar da rede pública, a partir de 13 anos e frequência superior a 50% das aulas no bimestre anterior;
- » Estudantes matriculados em escolas técnicas e profissionais em cursos de duração não inferior a seis meses e com carga horária mínima de 180 horas, com frequência superior a 50% das aulas no bimestre anterior;
- » Estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos com frequência superior a 50% das aulas no bimestre anterior;
- » Estudantes matriculados em cursos semestrais, com idade mínima de 13 anos e frequência superior a 50% das aulas no semestre em curso;
- » Mães, pais ou responsáveis por estudantes da rede pública de ensino, os quais terão direito a um voto por escola em que estejam habilitados para votar;
- » Servidores efetivos de Magistério Público do Distrito Federal em exercício na unidade escolar ou nela concorrendo a um cargo;
- » Servidores efetivos da Assistência à Educação, em exercício na unidade escolar ou nela concorrendo a um cargo;
- » Professores contratados temporariamente pela SEEDF em exercício na unidade escolar por período não inferior a dois bimestres.